

ANEXO VI

MINUTA DE TERMO DE CONTRATO DE COMPRA

**TERMO DE CONTRATO DE COMPRA Nº
...../...., QUE FAZEM ENTRE SI O
MUNICÍPIO DE NOVA FRIBURGO E A
EMPRESA**

O MUNICÍPIO DE NOVA FRIBURGO, com sede na Avenida Alberto Braune, 225 - Centro, na cidade de Nova Friburgo / RJ, inscrito(a) no CNPJ sob o nº 28.606.630/0001-23, neste ato representado(a) pelo(a) Exmo. Senhor Prefeito Municipal JOHNNY MAYCON CORDEIRO RIBEIRO, inscrito no CPF sob o nº, doravante denominado CONTRATANTE, e o(a) inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº, sediado(a) na, em doravante designada CONTRATADA, neste ato representada pelo(a) Sr.(a), portador(a) da Carteira de Identidade nº, expedida pela (o), e CPF nº, tendo em vista o que consta no **Processo Administrativo nº 26.047/2021** e em observância às disposições da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e da Lei nº 10.520 de 17 de julho de 2002, e na Lei nº 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor, do Decreto nº 7.892, de 23 de janeiro de 2013, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do **Pregão Eletrônico por Sistema de Registro de Preços nº 020/2022**, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1.1.O objeto do presente Termo de Contrato é a Aquisição, sob demanda, de **ÁGUA MINERAL**, para atender às necessidades das Unidades de toda Rede Municipal de Saúde, conforme condições, quantidades e especificações contidas no TERMO DE REFERÊNCIA – ANEXO I do edital.

1.1.2.Este Termo de Contrato vincula-se ao Edital do Pregão, identificado no preâmbulo e à proposta vencedora, independentemente de transcrição.

1.1.3.Discriminação do objeto:

ITEM	Nº DO REGISTRO	ESPECIFICAÇÃO	MARCA	UNID.	QTDE.	PREÇO	
						UNITÁRIO	TOTAL

2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA

2.1. O prazo de vigência deste Termo de Contrato será de (mês) meses , com início na data de ____/____/____ e encerramento em ____/____/____, prorrogável na forma do art. 57, §1º, da Lei nº 8.666, de 1993.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – PREÇO

3.1. O valor do presente Termo de Contrato é de R\$ (.....).

3.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução contratual, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

4. CLÁUSULA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

4.1. As despesas decorrentes da aquisição dos objetos previstos no presente Termo de Referência correrão por conta do elemento de despesa e fonte de recurso abaixo descrito:

PROGRAMA DE TRABALHO	ELEMENTO DE DESPESA	FONTE
30.001.10.304.0076.2.331/30.001.10.305.0076.2.197/ 30001.10.302.0087.2327/30.001.10.302.0076.2.232/ 30001.10.122.0001.2.313/30001.10.301.0087.2.316/ 30001.10.301.0087.2.318/30001.10.302.0087.2.325/ 30.001.10.302.0070.2.188/30001.10.302.0070.2.189	33.90.30.15	007

4.2. As notas fiscais deverão ser emitidas em nome do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, CNPJ 11.399.442/0001-79, AVENIDA ALBERTO BRAUNE, 224, SALA 221, CENTRO, NOVA FRIBURGO/RJ, CEP 28613-000.

5. CLÁUSULA QUINTA – PAGAMENTO

5.1 O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias contados a partir da data da entrega da fatura na Unidade da Administração, conforme estabelece o decreto nº 258 de 27 de Setembro de 2018 e suas modificações definidas no decreto nº 313 de 10 de outubro de 2019, desde que as certidões listadas abaixo estejam em regularidade e dentro da validade:

5.2 Negativa de Débitos Trabalhistas;

5.3 Fazenda Federal – abrange as contribuições sociais;

5.4 FGTS;

5.5 PGE – referente à Dívida Ativa Estadual;

5.6 Municipal – referente ao ISS e Dívida Ativa;

5.7 Estadual CND – referente ao ICMS.

5.8 A Nota Fiscal deverá conter a identificação do Banco, número da Agência e da Conta Corrente, para que possibilite o CONTRATANTE efetuar o pagamento do valor devido;

5.9 Na ocorrência de rejeição da(s) Nota(s) Fiscal (is), motivada por erro ou incorreções o prazo para pagamento estipulado acima passará a ser contado a partir da data de sua reapresentação.

6 CLÁUSULA SEXTA – REAJUSTE

6.1 Os preços serão fixos e irredutíveis, exceto nas hipóteses, devidamente comprovadas, quando necessário o reequilíbrio econômico financeiro, conforme art. 65, II, d, da Lei 8.666/93.

7 CLÁUSULA SÉTIMA – GARANTIA DE EXECUÇÃO

7.1 Não haverá exigência de garantia de execução para a presente contratação.

8 CLÁUSULA OITAVA - ENTREGA E RECEBIMENTO DO OBJETO E ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

8.1 A Contratada deverá entregar todos os galões de água nas respectivas unidades requisitantes, após 05 (cinco) dias úteis da entrega da Nota de Empenho.

8.2 Os bens serão recebidos:

8.2.1 Provisoriamente, a partir da entrega, para efeitos de verificação da conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência.

8.2.2 Definitivamente, após verificação da conformidade com as especificações constantes do edital e das propostas. Sua consequente aceitação se dará em até 02 dias úteis a contar do recebimento provisório.

8.2.3 1 Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento provisório.

8.3 As Unidades da Rede Municipal de Saúde que serão contempladas por tal aquisição estão arroladas na tabela abaixo:

CAPS	CEREST	VIGILÂNCIA	HMNF	MELHOR EM CASA	HMRS	ESF	FMS	BÁSICA	TOTAL
890	84	240	3.900	50	16.000	1.140	1.000	1.000	24.304

8.4 Os locais de entrega estão dispostos na tabela abaixo:

Unidades Requisitantes	Quantidade de bebedouros	Endereço
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE (ADM)	6	Av. Alberto Braune, 224, sl. 221, Centro, Nova Friburgo/RJ.
HOSPITAL RAUL SERTÃO	60	R. General Osório, 324, Centro, Nova Friburgo/RJ.
HOSPITAL MATERNIDADE	13	Travessa, Av. Antônio Fernandes Moreira, nº 12 - Centro, Nova Friburgo - RJ
MELHOR EM CASA	1	Av. Alberto Braune, 224, sl. 221, Centro, Nova Friburgo/RJ.
CEREST	2	R. Augusto Cardoso, nº. 62, Centro, Nova Friburgo/RJ.
VIGILÂNCIA	2	R. Augusto Cardoso, nº. 62, Centro, Nova Friburgo/RJ.
DIV. DE VIG. FISC. SANITÁRIA	2	Av. Euterpe Friburguense, 93, Centro, Nova Friburgo/RJ
ATENÇÃO B.	1	R. Plínio Casado, s/n, Suspiro, Nova Friburgo/RJ

ESF	2	R. Plínio Casado, s/n, Suspiro, Nova Friburgo/RJ.
UBS CORDOEIRA	2	R. Darcília dos Santos, s/n, Cordoeira, Nova Friburgo/RJ.
UBS SÃO GERALDO	2	R. Antônio Augusto Reis Jr., s/n, São Geraldo, Nova Friburgo/RJ.
TUNNEY KASSUGA	4	R. Vicente Sobrinho, s/n, Olaria, Nova Friburgo/RJ.
POSTO DE SAÚDE WALDIR COSTA	5	R. Pedro Knust, 184, Conselheiro Paulino, Nova Friburgo/RJ.
POLICLÍNICA SYLVIO HENRQUE BRAUNE	6	R. Plínio Casado, s/n, Suspiro, Nova Friburgo/RJ.
CT COVID	1	Av. José Pires Barroso – Via Expressa, Nova Friburgo/RJ.
USF AMPARO	2	R. Rivail Gripp, 75, Amparo, Nova Friburgo/RJ.
USF CAMPO DO COELHO	2	Estrada Friburgo Teresópolis, Campo do Coelho, Nova Friburgo/RJ.
USF CENTENÁRIO	2	Centenário de Salinas, s/n, Conquista, Nova Friburgo/RJ.
USF CONQUISTA	2	Av. Antônio Mário de Azevedo, 18800, Conquista, Nova Friburgo/RJ.
USF CORDOEIRA (ANEXO)	3	R. Darcília dos Santos s/n, Cordoeira, Nova Friburgo/RJ.
USF LUMIAR (SAMU)	2	R. Guilherme Eugênio Spitz, s/n, Lumiar, Nova Friburgo/RJ.
USF MURY	2	Av. Hamburgo (em frente ao n.º 1003), Mury, Nova Friburgo/RJ.
USF NOVA SUIÇA	2	Rua Moises Moraes Filho, Nova Suíça, Nova Friburgo/RJ.
USF OLARIA I	2	Rua Xingu, 02, Alto de Olaria, Nova Friburgo/RJ.

USF OLARIA II	2	Rua Espírito Santo, 09, Olaria, Nova Friburgo/RJ.
USF OLARIA III	2	R. Augusto Nicolau Rodrigues, 59, Olaria, Nova Friburgo/RJ.
USF RIOGRANDINA	2	Praça N. Sr ^a . do Rosário, s/n, Riograndina, Nova Friburgo/RJ.
USF SÃO LOURENÇO	2	Estrada São Lourenço, s/n, Conquista, Nova Friburgo/RJ.
USF SÃO PEDRO DA SERRA	2	R. Rodrigues Alves, s/n, São Pedro da Serra, Nova Friburgo/RJ.
USF STUCKY	2	Estrada do Stucky, s/n, Stucky, Nova Friburgo/RJ.
USF VARGEM ALTA	2	Estrada João Heringer, s/n, Vargem Alta, Nova Friburgo/RJ.
USF VARGINHA	2	Rua Francisco Lopes, 178, Varginha, Nova Friburgo/RJ.
São Geraldo (Anexo)	3	R. Antônio Augusto Reis Jr., s/n, São Geraldo, Nova Friburgo/RJ.
USF TERRA NOVA CONSELHEIRO PAULINO	2	Rua Eugênia de Almeida Maia, 110, Área F2, Conselheiro Paulino, Nova Friburgo/RJ.
CAPS II	5	Av. Julio Antônio Thurler nº431, Olaria, Nova Friburgo/RJ
CAPS AD	4	Av. Comte Bittencourt nº142, Centro, Nova Friburgo/RJ
CAPS i	3	Al. Marquês de Maricá nº137, Parque São Clemente
TOTAL:	161	

8.5 A Água mineral natural, sem gás deverá ser de primeira qualidade, com as seguintes características:

- 8.5.1 Ser classificada como água mineral tradicional ou água potável de mesa, como fluoretada, segundo código de águas minerais, dentro dos padrões estabelecidos pelo Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM) e Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA);
- 8.5.2 Os garrafrões disponibilizados pela Contratada deverão ser em polycarbonato, liso, transparente, ter capacidade de acondicionamento para 20 litros, próprios para o acondicionamento de água mineral. Deverão ainda ser resistentes, em excelente estado de

conservação, sem ranhuras e/ou amassados, vir com tampa protetora e lacre de segurança, para evitar contaminações externas;

- 8.5.3 5.1.4. Devem ainda possuir apresentação e características básicas do rótulo-padrão aprovado pelo DNPM (Decreto-Lei n.º 7.841/1945) e registrado no Ministério da Saúde;
- 8.5.4 5.1.5. Deverá vir gravados nos rótulos dos garrafões, ou na vedação das embalagens, a data de envasamento e validade do produto, conforme Portaria n.º 470/99 do DNPM.

9 CLAÚSULA NONA - FISCALIZAÇÃO

- 9.1 O acompanhamento e a fiscalização da contratação serão exercidos por um representante da Contratante, ao qual competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução do contrato, e de tudo dará ciência à Administração, na forma dos artigos 67 e 73 da Lei nº 8.666/93 e do artigo 6º do Decreto nº 2.271, de 1997.
- 9.2 Para o acompanhamento e fiscalização da execução do presente, ficam designados (as) os (as) agentes públicos (as) abaixo informados (as):

Nome	Matrícula	Gestor
Higor de Barros Pinto	062.682	Gestor Titular
Gilmara Guimarães de Souza	062.639	Gestora Substituta
UNIDADE	AGENTE PÚBLICO	
Atenção Básica	Lucimar Figueira Ribeiro - 207.764 – Superior Imediato	
	Patrícia Soares Carvalho – 299.080 - Fiscal Titular	
	Camila Libonato Mendonça – Fiscal Substituto	
Estratégia em Saúde da Família	Lucimar Figueira Ribeiro - 207.764 – Superior Imediato	
	Karla Herdy Almeida – 299.089 – Fiscal Titular	
	Mariza Dias Siqueira – 299.362 - Fiscal Substituto	
HMRS	Vania Lúcia Vieira Huguenin – 062.434 – Superior Imediato	
	Leopoldina Fátima A. Reis – 201.836 - Fiscal Titular	
	Eliana da Silva Gomes Curty – 062.435 – Fiscal Substituto	
Fundo Municipal de Saúde (ADM)	Fernanda Neves da Veiga Pacheco–062.810 – Superior Imediato	
	Marlene Claudio de Oliveira – 034.967- Fiscal Titular	
	Carlos Eugênio C. de Souza–206.736 – Fiscal Substituto	
HMNF	Adriane de Jesus Schenquel – 299.287 – Superior Imediato	
	Nélio dos Santos Júnior – 062.095 – Fiscal Titular	
	Marcos Alexandre da Silva Cruz – 115.027 – Fiscal Substituto	
Sub. Vig. em Saúde	Fabiola Braz Penna – 206.692 – Superior Imediato	
	Fabiola Braz Penna – 206.692 – Fiscal Titular	
	Maria Aparecida Paulina da Silva – 299.088 – Fiscal Substituto	

Vig. em Saúde (divisão De Vig. e Fisc. Sanitária)	Fabíola Braz Penna – 206.692 – Superior Imediato
	Humberto Rodrigues Delegave Moura – 207.854 – Fiscal Titular
	Ernani Monteiro Vianna da Silva – 299.083 – Fiscal Substituto
CAPS i	Katya Alexandra G. de S. Lisboa-207.758 – Superior Imediato
	Carolina Gianfaldoni Viana – 115.186 – Fiscal Titular
	Eldinê Pereira da Silva Costa – 062.455 – Fiscal Substituto
CAPS II	Sândia Mello Tozato – 299.441 – Superior Imediato
	Luciana Rodrigues de O. Ângelo – 062.194 – Fiscal Titular
	Mayara Mikie Onó N. Marconi – 207.645 – Fiscal Substituto
CAPS AD	Cláudia Pietrobon de A. Mafra – 299.138 – Superior Imediato
	Erick Daudt – 115.142 – Fiscal Titular
	Barbara Salotto Marchetti – 115.218 – Fiscal Substituto

- 9.3 O fiscal anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.
- 9.4 O fiscal designado pela Contratante deverá ter a experiência necessária para o acompanhamento e controle da execução dos serviços e do contrato.
- 9.5 A verificação da adequação da prestação do serviço deverá ser realizada com base nos critérios previstos neste Termo de Referência.
- 9.6 A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

10 CLÁUSULA DÉCIMA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA

- 10.1 Das obrigações da Contratante:
- 10.1.1 Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;
- 10.1.2 Receber provisoriamente o material, disponibilizando local, data e horário;
- 10.1.3 Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos;
- 10.1.4 Provisoriamente com as especificações constantes do Termo de Referência e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;
- 10.1.5 Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de servidor especialmente designado;
- 10.1.6 Efetuar o pagamento no prazo previsto;

10.1.7 Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura fornecida pela contratada.

10.1.8 A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

10.2 Das obrigações da Contratada:

10.2.1 Ter capacidade de atendimento da demanda com eficiência, presteza e zelo;

10.2.2 Efetuar a entrega dos bens em perfeitas condições, no prazo e local indicado pela Contratante, em estrita observância das especificações do Termo de Referência e da proposta, acompanhado da respectiva Nota Fiscal Eletrônica COMPLETA constando detalhadamente as indicações da marca, fabricante, modelo, tipo, procedência e prazo de garantia, quando for o caso, acompanhada das certidões de regularidade fiscal citadas anteriormente;

10.2.3 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do produto, de acordo com os artigos 12, 13, 18 e 26, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

10.2.4 O dever previsto no subitem anterior implica na obrigação de, a critério da Contratante, substituir, reparar, corrigir, remover, ou reconstruir, às suas expensas, no prazo máximo de 03 dias, o produto com avarias, defeitos ou em desacordo com o Termo de Referência;

10.2.5 A contratada é responsável pela indenização de dano causado ao usuário, decorrente de defeitos do material por ela fornecido;

10.2.6 Atender prontamente a quaisquer exigências da Contratante, inerentes ao objeto da presente contratação;

10.2.7 Não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, as obrigações assumidas, nem subcontratar qualquer das prestações a que está obrigada, exceto nas condições autorizadas no Termo de Referência ou na minuta de contrato;

10.2.8 Responsabilizarem-se, pelas despesas dos tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamento de pessoal, prestação de garantia e quaisquer outras que incidam ou venham a incidir na execução do contrato.

10.2.9 Comunicar à Contratante, no prazo mínimo de 72 horas de antecedência, os motivos que eventualmente impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

10.3 Os produtos deverão atender às especificações e quantitativos constantes neste Termo de Referência;

10.4 Não serão aceitos, em hipótese alguma, garrafões velhos, sujos, amassados, opacos, arranhados ou com outro defeito que prejudique a qualidade e visibilidade da água fornecida;

10.5 Não serão aceitas águas minerais potáveis de mesa ou águas minerais purificadas, adicionadas de soluções salinas artificiais, uma vez que não preenchem os requisitos legais para se enquadrarem na classificação de minerais;

10.6 Os garrafões deverão ser envasados, no máximo, 05 dias antes da entrega no local indicado;

10.7 Os produtos deverão ter prazo de validade mínimo de 03 meses, a partir da data de envasamento;

- 10.8 A empresa Contratada deverá disponibilizar sem custos para a Contratante 161 (cento e sessenta e um) bebedouros elétricos em regime de comodato, distribuída entre as unidades deste Termo de Referência.
- 10.9 Os bebedouros elétricos deverão possuir as seguintes especificações:
- 10.9.1 Bebedouro elétrico, para garrafão de 20 litros, com duas torneiras, sendo uma para água gelada e outra para água na temperatura ambiente.
- 10.9.2 Os gabinetes dos bebedouros deverão ser confeccionados em aço carbono, com pintura epóxi a pó, com tampo superior e frontal em poliestireno de alto impacto ou em aço carbono pintado.
- 10.9.3 Deverão possuir ainda reservatório de água com serpentina externa, com compressor que utilize gás refrigerante ecológico livre de CFC, termostato regulável, certificado pelo Inmetro, cor predominantemente branco, tensão de 200 V, bem como as seguintes dimensões aproximadas (LxAxP) 31 cm x 97 cm x 32 cm.
- 10.9.4 A manutenção preventiva e corretiva dos bebedouros em comodato é de inteira responsabilidade da Contratada.
- 10.9.5 Em caso de eventual necessidade de manutenção corretiva, a Contratada deverá efetuar a substituição do equipamento por outro que atenda às especificações, no prazo máximo de 24h, a contar da solicitação realizada pela Contratante, a fim de não interromper o abastecimento de água até que se conclua o reparo.

11 CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- 11.1 O descumprimento, por parte da CONTRATADA, das obrigações assumidas no Presente Termo de Referência, ou o descumprimento dos preceitos legais pertinentes, ensejará a aplicação das sanções previstas na lei 8.666/93.
- 11.2 Comete infração administrativa:
- 11.2.1 Apresentar documentação falsa;
- 11.2.2 Não assinar o termo de contrato ou aceitar/retirar o instrumento equivalente, quando convocado dentro do prazo de validade da proposta;
- 11.2.3 Deixar de entregar os documentos exigidos no certame;
- 11.2.4 Ensejar o retardamento da entrega do presente objeto;
- 11.2.5 Não manter a proposta;
- 11.2.6 Cometer fraude fiscal;
- 11.2.7 Comportar-se de modo inidôneo;
- 11.3 Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como Me/EPP, ou conluio, entre os licitantes, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances.
- 11.4 Com fulcro nos artigos 86 e 87 da Lei 8666/93, a Administração Pública poderá garantir a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes penalidades, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal, as seguintes sanções:
- 11.4.1 Advertência;

- 11.4.2 Multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor estimado do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta do licitante;
- 11.4.3 Impedimento de licitar e de contratar com o Município e descredenciamento pelo prazo de até cinco anos;
- 11.5 A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com a sanção de impedimento.
- 11.6 A aplicação de quaisquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao licitante/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei n.º 8.666/93, e subsidiariamente na lei n.º 9.784/99.
- 11.7 A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como, o dano causado à administração, observado o princípio da proporcionalidade.

12 CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – RESCISÃO

- 12.1 O inadimplemento de cláusula estabelecida neste Termo de Referência, bem como na legislação vigente, por parte do fornecedor, assegurará a Secretaria Municipal de Saúde de Nova Friburgo o direito de rescindi-la, mediante notificação, com prova de recebimento.
- 12.2 Ao Município de Nova Friburgo é reconhecido o direito de rescisão administrativa, nos termos do artigo 79, inciso I, da Lei nº. 8.666/93, aplicando-se, no que couberem, as disposições dos parágrafos primeiro e o segundo do mesmo artigo, bem como as do artigo 80.

13 CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – VEDAÇÕES

- 13.1 É vedado à CONTRATADA interromper a execução dos serviços sob alegação de inadimplemento por parte da CONTRATANTE, salvo nos casos previstos em lei.

14 CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – ALTERAÇÕES

- 14.1 Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.
- 14.2 A CONTRATADA é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.
- 14.3 As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

15 CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DOS CASOS OMISSOS.

- 15.1 Os casos omissos serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.666, de 1993, na Lei nº 10.520, de 2002 e demais normas federais de licitações e contratos administrativos e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor - e normas e princípios gerais dos contratos.

16 CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – PUBLICAÇÃO

- 16.1 Incumbirá à CONTRATANTE providenciar a publicação deste instrumento, por extrato, no Diário Oficial da União, no prazo previsto na Lei nº 8.666, de 1993.

17 CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – FORO

17.1 É eleito o Foro da comarca de Nova Friburgo/RJ para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não possam ser compostos pela conciliação, conforme art. 55, §2º da Lei nº 8.666/93.

Para firmeza e validade do pactuado, o presente Termo de Contrato foi lavrado em 03 (três) vias de igual teor, que, depois de lido e achado em ordem, vai assinado pelos contraentes.

....., de..... de 20.....

Responsável legal da CONTRATANTE

Responsável legal da CONTRATADA

TESTEMUNHAS: